



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

## **PROJETO DE LEI N.º 3.371, DE 2025**

**(Do Sr. Marcel van Hattem e outros)**

Altera a Lei nº 8.894, de 21 de junho de 1994, para atualizar os tetos legais de alíquotas por espécie do IOF e fixar limites objetivos à majoração de alíquotas pelo Poder Executivo; e revoga dispositivos das Leis nº 9.718, de 27 de novembro de 1998, e nº 7.766, de 11 de maio de 1989.

**DESPACHO:**

ÀS COMISSÕES DE  
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO;  
FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (MÉRITO E ART. 54, RICD) E  
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD)

**APRECIÇÃO:**

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

**PUBLICAÇÃO INICIAL**

Art. 137, caput - RICD



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
Gabinete do Deputado Federal Marcel van Hattem

**PROJETO DE LEI Nº , DE 2025**

(Do Sr. Marcel van Hattem e outros)

Altera a Lei nº 8.894, de 21 de junho de 1994, para atualizar os tetos legais de alíquotas por espécie do IOF e fixar limites objetivos à majoração de alíquotas pelo Poder Executivo; e revoga dispositivos das Leis nº 9.718, de 27 de novembro de 1998, e nº 7.766, de 11 de maio de 1989.

O Congresso Nacional decreta:

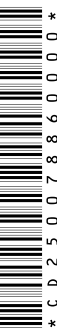
**Art. 1º** O art. 1º da Lei nº 8.894, de 21 de junho de 1994, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º O Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro ou relativo a Títulos e Valores Mobiliários buscará atender objetivos das políticas monetária e cambial, incidindo no:

I – IOF sobre operações de crédito: com a alíquota máxima de 0,0041% ao dia, podendo ser cumulada com adicional fixo máximo de 0,38% sobre o valor liberado da operação;

II – IOF sobre operações de câmbio: com a alíquota máxima de 0,38% sobre o valor da operação, permitindo-se:

a) nas liquidações de operações de câmbio para ingresso de recursos no País, inclusive por meio de operações simultâneas, referente a empréstimo externo, sujeito a registro no Banco Central do Brasil, contratado de forma direta ou mediante emissão de títulos no mercado internacional com prazo médio mínimo de até cento e oitenta dias a alíquota máxima de 6%; e





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Marcel van Hattem

b) nas liquidações de operações de câmbio para aquisição de moeda estrangeira em espécie e para transferência de recursos ao exterior a alíquota máxima de 1,10%;

III – IOF sobre operações de seguro: com a alíquota máxima de 7,38% sobre o valor do prêmio ou total de aportes;

IV – IOF sobre operações relativas a títulos ou valores mobiliários: com a alíquota máxima de 1% ao dia sobre o valor da operação, observados os seguintes limites:

a) alíquota máxima de 10% nas operações com títulos e valores mobiliários de renda fixa e de renda variável, efetuadas com recursos provenientes de aplicações feitas por investidores estrangeiros em cotas de Fundo de Investimento Imobiliário e de Fundo Mútuo de Investimento em Empresas Emergentes;

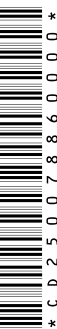
b) alíquota máxima de 0,5% ao dia sobre o valor de resgate de quotas de fundos de investimento, constituídos sob qualquer forma, na hipótese de o investidor resgatar cotas antes de completado o prazo de carência para crédito dos rendimentos;

c) alíquota máxima de um por cento ao dia sobre o valor do resgate, cessão ou repactuação, limitado a no máximo 96% do rendimento da operação;

V – IOF sobre operações com ouro, ativo financeiro: com a alíquota máxima de 1% sobre o preço de aquisição.

§ 1º No caso de operações envolvendo contratos derivativos, a alíquota máxima é de 10% sobre o valor da operação.

§ 2º O Poder Executivo poderá, mediante decreto, modificar as alíquotas dentro dos limites fixados nos incisos I a V do caput para atender os objetivos de política monetária e cambial, observados os seguintes tetos de majoração anual:





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Marcel van Hattem

Apresentação: 14/07/2025 15:27:33.920 - Mesa

PL n.3371/2025

I – IOF sobre operações de crédito: o somatório anual das elevações não poderá exceder 7% (sete por cento) da alíquota diária ou da adicional vigente em 1º de janeiro do respectivo exercício;

II – IOF sobre operações de câmbio: o somatório anual das elevações não poderá exceder 10% (dez por cento) da alíquota vigente em 1º de janeiro do respectivo exercício;

III – IOF sobre operações de seguro: o somatório anual das elevações não poderá exceder 2,5% (dois inteiros e meio por cento) da alíquota vigente em 1º de janeiro do respectivo exercício;

IV – IOF sobre operações relativas a títulos ou valores mobiliários: o somatório anual das elevações não poderá exceder 2,5% (dois inteiros e meio por cento) da alíquota vigente em 1º de janeiro do respectivo exercício;

V – IOF sobre operações com ouro, ativo financeiro, ou instrumento cambial: o somatório anual das elevações não poderá exceder 2,5% (dois inteiros e meio por cento) da alíquota vigente em 1º de janeiro do respectivo exercício.

§ 3º Quando a alíquota de qualquer modalidade de IOF estiver reduzida a zero em 1º de janeiro, a primeira majoração possível no exercício, com base no § 2º deste artigo, ficará limitada a 50% (cinquenta por cento) da maior alíquota que tenha vigido para a respectiva modalidade, ou, na ausência desta, à modalidade assemelhada, nos cinco anos anteriores, contados da data da publicação do ato.” (NR).

### **Art. 2º** Ficam revogados:

I – o art. 15 da Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998;

II – o parágrafo único do art. 4º da Lei nº 7.766, de 11 de maio de 1989;

III – o art. 5º da Lei nº 8.894, de 21 de junho de 1994.

### **Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
Gabinete do Deputado Federal Marcel van Hattem

**JUSTIFICATIVA**

A presente proposta tem por objetivo atualizar os atuais tetos de alíquota que se encontram defasados e estabelecer limites objetivos à majoração das alíquotas do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários – IOF, com vistas a reforçar a segurança jurídica e a previsibilidade do sistema tributário nacional, assim como assegurar que não haja aumento da carga tributária em relação ao que este Congresso dispôs recentemente sobre o IOF.

Nos termos do art. 153, § 1º, da Constituição Federal, o Poder Executivo tem a faculdade de alterar as alíquotas do IOF, desde que observados os limites e condições fixados em lei. A Lei nº 8.894, de 21 de junho de 1994, regulamentou em certo grau esse dispositivo, mas não estabeleceu parâmetros objetivos para a variação das alíquotas, abrindo margem para aumentos abruptos que têm gerado instabilidade econômica e jurídica.

É recorrente, por meio de decretos do Executivo, o uso do IOF com finalidades fiscais e arrecadatórias, com alterações repentinas que incidem diretamente sobre o custo de crédito, as remessas ao exterior, os seguros, as aplicações financeiras e as operações com ouro como ativo financeiro. Tal prática compromete a neutralidade tributária e viola o princípio da segurança jurídica, dificultando o planejamento por parte de empresas e cidadãos.

A proposta visa introduzir limites percentuais máximos anuais de majoração, distintos por espécie de IOF: sobre operações de crédito: limite de 70% ao ano, dado seu caráter cumulativo e a já existente alíquota diária; sobre operações de câmbio: limite de 100% ao ano, por ser instrumento sensível para a política cambial; sobre operações de seguro, títulos e valores mobiliários e ouro: limite de 25% ao ano, considerando a natureza mais estável dessas operações e de não terem fortes implicações cambiais e monetárias.

Adicionalmente, estabelece-se que, quando a alíquota estiver reduzida a zero no início do exercício, a primeira majoração possível ficará limitada a 50%





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
Gabinete do Deputado Federal Marcel van Hattem

da maior alíquota que tenha vigido nos cinco anos anteriores para aquela modalidade de IOF.

Importante destacar que a proposição fortalece a função regulatória do IOF ao limitar o seu resultado arrecadatário, mas não impede sua utilização com mais vigor em contextos excepcionais. Nesses casos, a majoração acima dos limites fixados poderá ser realizada mediante lei específica, preservando o devido processo legislativo e o princípio constitucional da legalidade.

A medida reforça a previsibilidade fiscal, favorece o ambiente de negócios e a atração de investimentos, ao mesmo tempo em que respeita a autonomia do Poder Executivo para administrar o tributo dentro de parâmetros previamente estabelecidos pelo Congresso Nacional. Diante do exposto, solicito o apoio dos Nobres Parlamentares para a aprovação deste Projeto de Lei.

Sala das Sessões, em        de julho de 2025

**MARCEL VAN HATTEM**

(NOVO/RS)

**ADRIANA VENTURA**

(NOVO/SP)

**GILSON MARQUES**

(NOVO/SC)

**LUIZ LIMA**

(NOVO/RJ)

**RICARDO SALLES**

(NOVO/SP)





# Projeto de Lei

## Deputado(s)

- 1 Dep. Marcel van Hattem (NOVO/RS)
- 2 Dep. Luiz Lima (NOVO/RJ)
- 3 Dep. Gilson Marques (NOVO/SC)
- 4 Dep. Adriana Ventura (NOVO/SP)
- 5 Dep. Ricardo Salles (NOVO/SP)



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – CEDI  
Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG

<b>LEI Nº 8.894, DE 21 DE JUNHO DE 1994</b>	<a href="https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:199406-21:8894">https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:199406-21:8894</a>
<b>LEI Nº 9.718, DE 27 DE NOVEMBRO DE 1998</b>	<a href="https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:199811-27:9718">https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:199811-27:9718</a>
<b>LEI Nº 7.766, DE 11 DE MAIO DE 1989</b>	<a href="https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:198905-11:7766">https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:198905-11:7766</a>

**FIM DO DOCUMENTO**